



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
OITAVA CÂMARA

Processo nº : 13855.000566/00-32  
Recurso nº : 127.939  
Matéria: : IRPJ – Exs.: 1996 e 1997  
Recorrente : MAGAZINE LUIZA S.A.  
Recorrida : DRJ – RIBEIRÃO PRETO/SP  
Sessão de : 23 de janeiro de 2002  
Acórdão nº. : 108-06.821

Recurso Especial nº RD/108-0.482

**MANDADO DE SEGURANÇA - CONCOMITÂNCIA COM PROCESSO ADMINISTRATIVO - IMPOSSIBILIDADE** - A semelhança da causa de pedir, expressada no fundamento jurídico do mandado de segurança, com o fundamento da exigência consubstanciada em lançamento, impede o prosseguimento do processo administrativo no tocante aos fundamentos idênticos, prevalecendo a solução do litígio através da via judicial provocada.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MAGAZINE LUIZA S.A.

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS  
PRESIDENTE

MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 25 JAN 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON LÓSSO FILHO, IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO, TÂNIA KOETZ MOREIRA, JOSÉ HENRIQUE LONGO, MARCIA MARIA LORIA MEIRA e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA.

Processo nº : 13855.000566/00-32  
Acórdão nº : 108-06.821

Recurso nº : 127.939  
Recorrente : MAGAZINE LUIZA S.A.

## R E L A T Ó R I O

Trata-se de exigência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, para meses dos anos-calendário de 1995 e 1996, pela compensação de prejuízos fiscais sem observância da limitação de 30% do lucro líquido ajustado, imposta pelas Leis 8.981(MP nº 812/94) e 9.065, ambas de 1995.

A fls. 30 consta informação de que a autuada, anteriormente ao lançamento, impetrou mandado de segurança visando afastar a limitação antes descrita, não logrando obter liminar e tendo denegada a segurança, sentença inclusive confirmada pelo Egrégio Tribunal Federal de Recursos da 3º Região.

Por esse motivo, conheceu a autoridade singular parcialmente da impugnação, apreciando mérito exclusivamente com relação à penalidade e encargos moratórios.

Irresignada, apresentou a recorrente o recurso de fls. 125 e segs., com as razões de apelo que passo a resumir:

- preliminarmente, argumenta pela inexistência de renúncia à via administrativa, haja vista ser o lançamento posterior à impetração do mandado de segurança, e pela melhor interpretação que deve ser emprestada ao disposto no Decreto-Lei 1737/79 e no artigo 38 da Lei 6.830/80;

- afirma que o não conhecimento da impugnação fere os princípios de segurança, reserva legal e ampla defesa na via administrativa.

W  
1

Gel

Processo nº : 13855.000566/00-32

Acórdão nº : 108-06.821

- no mérito, aduz que a limitação à compensação fere o princípio da capacidade contributiva e do direito adquirido, tornando-se verdadeira tributação sobre o patrimônio;

- quanto aos juros de mora, bem como com relação à multa de ofício, pugna pela caráter abusivo da aplicação da taxa Selic, indicando ser também aplicável o disposto no artigo 63 da Lei 9.430/96, para afastar a multa.

Há arrolamento como garantia de instância.

Contra-razões a fls. 387.

É o Relatório.

*uf* *GD*

Processo nº. : 13855.000566/00-32  
Acórdão nº. : 108-06.821

## V O T O

Conselheiro MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, Relator

O recurso é tempestivo.

Quanto à concomitância de ações no Judiciário e Executivo, entendo que, conforme bem decidiu o julgador singular, há deverás um impedimento na manutenção de processos, com idêntica causa de pedir, nas esferas judicial e administrativa.

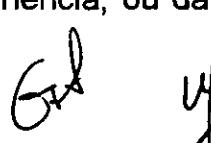
Independentemente do disposto nos citados Decreto-lei 1.737/79 e Lei 6.830/80, princípios de processo impedem a apreciação concomitante.

A verdadeira questão diz respeito a se, em verdade, há razão jurídica que impeça o prosseguimento de um processo administrativo quando proposta, **antecipadamente à autuação**, ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária ou também mandado de segurança preventivo.

Inclino-me no sentido de que há impedimento.

Nenhum dispositivo legal ou princípio processual permite a discussão paralela da mesma matéria em instâncias diversas, sejam elas administrativas ou judiciais ou uma de cada natureza.

No âmbito do Poder Judiciário, a solução para o problema envolve a determinação das competências de Juízo, através da conexão ou continência, ou da



Processo nº. : 13855.000566/00-32  
Acórdão nº. : 108-06.821

litispendência, que deve inclusive ser alegada na primeira oportunidade processual. É insito ao direito processual evitar a concomitância de ações conexas ou idênticas, indicando quem exercerá jurisdição sobre uma delas, exclusivamente.

Ensina Vicente Greco Filho, *in Direito Processual Civil Brasileiro*, Ed. Saraiva, 1998, p. 92, que:

**"Os elementos identificadores da ação, além de indispensáveis às objeções de litispendência e coisa julgada, conforme acima aludido, aparecem em diversas aplicações práticas no curso do processo: a causa de pedir ou o pedido fundamentam a conexão de causas (art. 103 CPC) e a continência (art. 104)".**

Ainda o mesmo autor, pp. 90/91 do mesmo repertório doutrinário:

**"...o terceiro elemento da ação é a causa de pedir ou, na expressão latina, *causa petendi*. Conforme ensina Liebman, a causa da ação é o fato jurídico que o autor coloca como fundamento de sua demanda. É o fato do qual surge o direito que o autor pretende fazer valer ou a relação jurídica da qual aquele direito deriva, com todas as circunstâncias e indicações que sejam necessárias para individuar exatamente a ação que está sendo proposta e que variam segundo as diversas categorias de direitos e de ações. ...A causa de pedir próxima são os fundamentos jurídicos que fundamentam o pedido, e a causa de pedir remota são os fatos constitutivos."**

Assim, o que se tem na concomitância de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, normalmente precedida de cautelar, ou mandado de segurança preventivo, não é identidade de objetos, mas sim da *causa petendi* próxima, identidade do fundamento jurídico, como no caso em apreço. Decidir-se-ia, portanto, a mesma relação jurídico-tributária, i.e., o mesmo fundamento da exigência fiscal, ainda que possamos identificar causa de demanda administrativa no lançamento de ofício posterior à propositura ou impetração da ação ou do *writ*.

Tal similitude, no campo tributário, é o bastante para, prosseguindo o processo administrativo, possibilitar antagonismo de decisões entre Poderes distintos,

Processo nº : 13855.000566/00-32  
Acórdão nº : 108-06.821

bem como concomitância de análise do mesmo fundamento da exigência por instâncias e Poderes diferentes, em clara afronta ao princípio de direito processual que busca justamente evitar tais conflitos.

Por outro lado, deve-se conhecer dos argumentos relativos à penalidade de ofício aplicada e os juros de mora, com as ressalvas abaixo expostas, pois nenhuma correlação guardam com a impetração antecipada do mandado de segurança.

Para os mesmos, tenho me pronunciado em sentido diverso ao pleiteado pela recorrente.

Entendo que tanto a penalidade, quando os juros moratórios, reposam em leis editadas conforme as regras de produção legislativa constante da Carta Magna, sendo defeso a este Colegiado apreciar argumentos que possam negá-lhes vigência, com raríssimas exceções.

Confirmo a exigência de juros com base na taxa Selic e a multa de ofício de 75%.

Observo, outrossim, a inaplicabilidade ao caso em apreço do citado artigo 63 da lei 9.430/96, haja vista que não estava a recorrente acobertada por qualquer decisão que suspendesse a exigibilidade de eventual exigência.

Isto posto, voto por negar provimento ao recurso.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 23 de janeiro de 2002

MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR